



## Degredados e arrenegados portugueses no espaço índico, nos primórdios do século XVI \*

Maria Augusta Lima Cruz  
*Prof<sup>a</sup> da Universidade Nova de Lisboa*

Que eu saiba nunca um trabalho de síntese sobre o papel desempenhado por estes dois tipos sociais na Índia portuguesa foi, até à presente data, elaborado. Para que aqui pudesse apresentar conclusões saídas de uma análise de todas as fontes documentais existentes susceptíveis de conter matéria referente a este assunto, seria necessário fazer uma pesquisa exaustiva em diversos arquivos, nomeadamente portugueses, espanhóis, goescs e de certas ordens religiosas. E, se bem que muita desta documentação se encontre já publicada, mesmo assim anos de pesquisa teriam de preceder esta comunicação de uns curtos 20 minutos!

Tive de fazer uma escolha e, por isso, numa primeira abordagem desta temática, fiquei-me por um *corpus* aparentemente limitado, mas na realidade extremamente vasto e que tem a vantagem de dar a dimensão social do degredado e do arrenegado na sociedade portuguesa do século XVI e de enquadrar as suas atuações numa visão da expansão portuguesa globalizante e coeva.

Resolvi-me a reler os quatro principais cronistas da Ásia levantando todas as referências contidas nas suas obras relativas ao particular objeto

---

\* Este texto foi publicado na revista *Povos e Culturas*, nº 5, pp. 41-61, 1996, sendo o texto uma comunicação apresentada no 1º Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses – “As dimensões da alteridade nas culturas de língua portuguesa – o Outro”, Lisboa, 1985; esta revista agradece ao editor a autorização concedida para sua reprodução.

do meu estudo. Trabalho moroso e por vezes desanimador. As edições não têm índices capazes, e as notícias sobre degredados e arrenegados são raras, breves, vagas e muito dispersas, pois, como é sabido, estes autores propõem-se, expressamente, narrar os feitos dos vassallos portugueses na Ásia (sublinho dos *vassallos*). Daí que selecionem preferencialmente o acontecimento guerreiro para, através dele, poderem realçar as 'altas cavalaris' dos portugueses na luta contra os povos que eram considerados inimigos da fé cristã, muito especialmente o 'infiel' por excelência, quer dizer, o 'mourro'. Outros dos fatores que explica esta pouca informação acerca de degredados e arrenegados assenta no estrato social de que na sua quase totalidade saíam. Integrados no grupo na época se designava vulgarmente por 'gente baixa', pertenciam às camadas de população que não entravam na história e a própria documentação oficial do tempo, bem como as relações e as memórias refletem este modo de pensar. Até os dois cronistas, de entre os quatro que selecionei, que mais se levantam contra este estado de coisas, caem na mesma prática. Refiro-me, naturalmente, a Gaspar Correia que afirma claramente ter utilizado para a elaboração do seu trabalho "hum caderno que me veo ter ás mãos, que fez hum degrado que veo com Dom Vasco da Gama"<sup>1</sup> e refiro-me também a Diogo do Couto o homem que, sempre que pode, tão arrebatadamente escreve sobre o povo:

e a causa mor espanto e em que desejo gastar muitas maos de papel he que esta nossa gente a mayor parte della ou quasi toda crão soldados da Beyra, de Tra-lo-Montes e d'Entre Douro e Minho, homens não conhecidos, nem de appellidos usurpados, senão criados pobres e rusticamente mal vestidos e peor atados (...) assim estes neste cerco (Cota, 1563/64) se puserão muytas veses de barba a barba contra os elfantes bravos e os fazião voltar, como se fogirão doutras alimarias mais bravas e ferozes que delles, e destes de quem fallo e de outros como elles forão os mais dos que acabarão na India os feitos arriscados que sucederão (...), porque então avia-se por afronta passar a ella (à ilha de ceilão) nenhum de sangue nobre, porque era então terra pera onde se degradavão os malfeitosres.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Gaspar Correia. *Lendas da Índia*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1858/1864, prólogo ao vol. III, p. 8.

<sup>2</sup> Diogo Couto. *Década 7ª*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1782/1793, X-14, pp. 553-554; e *Década 8* – versão Porto-Madrid. Lisboa, CNCDP/IN, 1993, pp. 34-35.

Neste trecho e em muitos outros, Diogo do Couto põe o dedo na ferida, ao chamar a atenção para a dificuldade fundamental que encontrou (e ainda hoje se encontra) quando se propunha a escrever sobre tal gente. Como muitas vezes afirma, esses homens não tinham nome, quer dizer, não tinham apelido conhecido e célebre. Aparecem sempre num conjunto, o conjunto do soldado desconhecido, e, se o testemunho os individualiza, é através do seu nome próprio, e não do de família: um João, um Manuel, um Antônio, um Foão qualquer... seguido ou não de um alcunha. Repare-se como é significativo o emprego do indefinido.<sup>3</sup> E, precisamente porque não tinham nome, era difícil memorizar as suas proezas, tal como se apercebe também Couto no seguinte desabafo amargo, que é cumulativamente um desafio à nobreza em que 'resplandecem as virtudes': "estes – os homens do povo – por muitas façanhas e cavalarias que fazem, com a morte se lhes acaba tudo, e assim se passa por suas cousas como se o esforço não tiver merecimento mais que nos ilustres"<sup>4</sup>

Ainda no que concerne ao *corpus* deste estudo, uma outra questão se poderá levantar. Até que ponto poderemos confiar na informação contida nas crônicas, uma vez que são fontes em que as matérias foram previamente selecionadas e trabalhadas pelos cronistas, em função de determinados pressupostos e objetivos?

Charles Boxer, Jean Aubin e Luís de Albuquerque testaram traços destas obras com outras fontes portuguesas e até com fontes asiáticas e concluíram que, no essencial, depois de depurada a narrativa do empolamento necessário ao realce da lusa atuação, as diversas leituras coincidem.<sup>5</sup> Eu própria tive oportunidade de fazer esta verificação no caso particular da Década 8ª de Diogo do Couto. Salvo pequenas discrepâncias cronológicas e onomásticas, a informação sobre os homens e os acontecimentos converge com a que se cole nas Chancelarias régias e em outras fontes documentais

<sup>3</sup> Ainda hoje nas aldeias do interior as pessoas que são consideradas mais importantes são tratadas pelo apelido (Sr. Silva, Sr. Pereira) e as de condição mais humilde pelo nome próprio (Sr. Antônio, Sr. José).

<sup>4</sup> Diogo Couto. *Década 7ª*, VIII-7, p. 221.

<sup>5</sup> Charles R. Boxer. "Dom Jorge de Meneses baroque and Battle of Mulleriyáwa, 1560", *Mare Luso-Indicum*, III, 1976, pp. 85-94; Jean Aubin. *Mare-Indicum*, I, 1971, "Liminaire", p. IX; Luís de Albuquerque "Um exemplo de 'cartas de serviços' da Índia", separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 34, 1979.

da época. E mais, apurei que muitas das interpretações ou versões apresentadas pelo autor em relação a um dado episódio bebem na opinião corrente os seus contemporâneos.

Uma outra prova da fidedignidade destes quatro autores às fontes de que se serviram (e elas não foram só portuguesas) encontram-se na convergência e paralelismo das quatro narrativas. Se as limpamos dos devaneios críticos ou eruditos que todos com mais ou menos extensão introduzem, se as limpamos dos recheios anedóticos que têm a ver com a experiência pessoal de cada um ou com a dos testemunhos em que se apoiaram, se abstrairmos do posicionamento de cada um dos cronistas, verificamos que fica um esqueleto narrativo único ou, por outras palavras, tal como escreve Antônio Coimbra Martins, “em vez de várias crônicas, temos uma matéria da Ásia, que sucessivos rapsodos foram cantando”.<sup>6</sup> É a evidência desta convergência e a certeza de que pelo menos os três primeiros não conheciam as obras uns dos outros que o leva a aventar a hipótese de que estes escritores da Ásia mais não fizeram que “ajuntar”, numa narração cronológica seguida as relações, as notícias, as monografias que ao tempo circulavam por via escrita ou oral?<sup>7</sup>

Concluindo, para terminar esta nota introdutória, colhi nas Lendas da Índia de Gaspar Correia, na *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda e nas *Décadas da Ásia* de João de Barros e de Diogo do Couto, todas as referências e degradadas e arrenegadas. Juntei uma série de casos ou percursos individuais a partir dos quais procurei generalizar para a caracterização dos perfis do degredado e do arrenegado, buscando a sua situação na sociedade portuguesa do tempo e o seu papel na relação com outros povos, numa preocupação de ajustamento ao âmbito temático deste Simpósio.

As conclusões a que cheguei foram tiradas sob uma perspectiva unilateral, pois analisei o degredado e o arrenegado portugueses tal como era vistos e definidos pela sociedade em que se encontravam inseridos. É, no fundo, desde as fontes a que recorri a mim própria, a visão portuguesa do papel desempenhado por estes homens na Ásia, o que reconheço limita e dificulta o detectar da diferença e do que é essencial, tal como salienta Paul

---

<sup>6</sup> Antônio Coimbra Martins. “Seis escritores da Ásia – Correia, Castanheda, Barros, Couto, Camões e Andrade”, comunicação ao Congresso de História dos descobrimentos (XVII), Lisboa, 1983.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*.

Veyne. “Se para estudar uma civilização, nos limitarmos a ler o que ela diz de si própria, quer dizer as fontes relativas só a essa civilização, torna-se mais difícil o dever de nos espantarmos do que, aos olhos dessa civilização, era evidente”.<sup>8</sup>

### 1. A sociedade portuguesa na Índia e os seus contrários

O espaço português no Oriente, no século XVI, estendia-se desde a costa oriental do continente africano até as ilhas Molucas no Sudeste Asiático.

A primeira grande leva portuguesa que foi para o Oriente, para aí permanecer temporariamente, partiu com D. Francisco de Almeida. Até então mais não havia que um punhado de homens em duas feitorias – Cochim e Cananor. Depois, pouco a pouco, foram-se conquistando e ocupando espaços que ou eram diretamente administrados pelos portugueses, ou ficavam sob seu controle – feitorias, protetorados, fortalezas, cidades circundadas ou não por uma pequena área –, todos eles conquistados em terras estranhas e todos eles também virados para o mar, através do qual comunicavam entre si. Tudo o mais era o mundo dos outros.

A imagem que os cronistas nos apresentam da vida portuguesa nestas terras é de cariz essencialmente militar. Narram-se quase exclusivamente batalhas e cercos, sucessos ocorridos nas armadas e fortalezas. Dir-se-ia que a atividade mercantil não se entrelaçava com a militar. Aliás, a condição do simplesmente civil tem, em alguns autores, uma conotação pejorativa, sinônima de homem que não tem vergonha.<sup>9</sup>

Por outro lado, para além da subjacente estrutura social em ordens, a sociedade aparece dicotomizada em dois grupos que Castanheda sintetiza na frase “homens assi como baixos”.<sup>10</sup>

No conjunto superior, os fidalgos, os capitães, os cavaleiros, as pessoas principais, os escudeiros e criados d’el Rei. Eram os homens de qualidade, os homens honrados ou a gente limpa e de sorte que lutava ou aspirava a lutar com lança e espada, com as quais armas se praticavam os atos de valentia e os honrados feitos. João de Barros acha que D. Francisco de

<sup>8</sup> Paul Veyne. *Como se escreve a História*. Lisboa, Edições 70, 1983, p. 17.

<sup>9</sup> Gaspar Correia, *Lendas*, vol. II, “Lenda de Afonso de Albuquerque”, caps. 16 a 26, pp. 110-113 e 294-300, respectivamente.

<sup>10</sup> Fernão Lopes de Castanheda. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-1928, vol. I, VII-30, p. 40.

Almeida, depois do ataque a Dabul, tem motivos para armar cavaleiros “cá tudo foi rosto a rosto, lança por lança, espada por espada, sem uns nem outros se servirem muito da artilharia que tinham”.<sup>11</sup> Dentro deste grupo, no escalão superior, a nata da sociedade, os tais que tinham nome porque era filhos de algo. Mais uma vez é João de Barros que explica:

Quando nomeamos algum capitão se é homem fidalgo e tão conhecido por sua nobreza e criação na casa do rei, logo em falando nele a primeira vez, dizemos cujo filho é, sem mais tornar a repetir seu pai; e se é homem fidalgo, de muitos que há no reino, destes tais não podemos ter tanta notícia, porque não vieram ao lugar onde os homens se habilitam em honra e nome que é na casa do rei...<sup>12</sup>

No conjunto inferior ficavam os homens sem nome, os soldados, os marinheiros, os remeiros e, no campo civil, ao alfaiates, os taberneiros, os carpinteiros e outros. Era, segundo a terminologia da época, a gente baixa, a gente miúda; sem sorte, pois com defeito natural por nascimento. As artes marciais, os que lutavam a pé e deles saía o grosso dos besteiros, dos espingardeiros, dos bombardeiros, dos fundidores da artilharia, em suma, dos que manejavam os artifícios de fogo.

Quanto aos outros povos, eram arrumados e catalogados primeiramente e segundo pressupostos religiosos em cinco grupos: os mouros, os gentios, os cafres, os judeus e os cristãos.

Os cristãos ocupavam terras tradicionalmente designadas do Preste João e franjas costeiras do Sul da Península Indostáica. Os judeus, espalhados um pouco por todo o lado, principalmente nos centros do comércio, não aparecem como fortes opositores, talvez porque desempenharam, sobretudo na fase da descoberta e conquista, papel de intermediários com as populações locais e também porque, como esclarece João de Barros, “judeus e cristãos naquelas partes são mais cativos que livres, pois por razão de sua habitação são súditos dos mouros e dos gentios”.<sup>13</sup> Quanto ao cafre, era autóctone do continente africano, portanto, neste caso da costa oriental: negros, primitivos, ignorante e pagão.

Restam os dois blocos principais, ou seja, os gentios e os mouros. A primeira designação abrangia, *grosso modo*, os hindus e os budistas, para

<sup>11</sup> João de Barros. *Década 2ª*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1777, III-4, p. 273.

<sup>12</sup> João de Barros. *Década 1ª*, 1977, V-10, p. 465.

<sup>13</sup> Idem, *Ibidem*, IX-2, p. 313.

Barros a característica dominante das suas regiões era a idolatria. Já o mouro era o blasfemo, o mais contrário dos outros, o 'infíel' que se espalhava por todo o mundo índico oferecendo a maior resistência à dominação, quer militar quer mercantil, portuguesa, portanto, o principal inimigo a abater.

É neste quadro humano, gizado também ele com base no olhar do cronista, que se delineará a caracterização do degredado e do arrenegado e que se compreenderá a sua movimentação e atuação e papel desempenhado na relação com outros povos.

## 2. Os degredados

Na época de que ocupamos o degredo não era uma pena vil. De uma consulta das Ordenações gerais, ressalta que, face a um mesmo crime não passível de pena de morte, os castigos de açoite ou degredo se aplicavam consoante o réu se situava abaixo ou acima do escudeiro. Há, nestas mesmas Ordenações, um título em que se esclarece quais as pessoas, da fronteira entre a gente honrada e a gente baixa, que "eram escusas de haver pena vil", ou seja, aquelas que, "em lugar das penas de açoites com baração e pregão", deveriam ser condenadas a dois anos de degredo em África, com pregão na audiência.<sup>14</sup>

O degredo aparece, portanto, associado a uma condição social de qualidade.

O degredo não era também considerado um pena muito pesada. Na *Prática criminal* de Manuel Lopes Ferreira, aparece em 9<sup>o</sup> lugar uma escala de castigos que vai desde a morte por enforcamento e arrastamento por cavalo a membros cortados, açoites, mitra ou capela posta na cabeça, marca de fogo infâmia e galés.<sup>15</sup>

Dir-se-ia, pelo exposto, que, ao contrário do que afirmei na introdução deste trabalho, os degredados portugueses que partiam para a Índia beneficiavam de um tratamento privilegiado e não eram criminosos malfeitores da baixa sociedade.

Uma outra particularidade que me causou estranheza ao consultar as Ordenações gerais foi que não encontrei uma única pena de degredo para a

<sup>14</sup> *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, recompiladas por mandado del rei D. Filipe o primeiro. 1<sup>a</sup> ed., 1603. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1847, liv. V, título 138.

<sup>15</sup> Manuel Lopes Ferreira. *Prática criminal*, Lisboa, na oficina Ferreiriana, 1730-1733, tomo IV, cap. 1, no 21-36, pp. 5-6.

Índia. Hás as para fora dos locais de residência, para Castro Marim, para a África e para S. Tomé (este último destino substituído pelo Brasil nas Ordenações filipinas).

Perguntar-se-á, então, como aparecem degredados portugueses classificados como tal, na Índia?

A resposta é dada pelos próprios cronistas e prende-se com situações pontuais não consideradas na lei geral. Tratava-se de indivíduos já julgados e condenados a que o monarca concedia a mercê de uma comutação de pena, desde que embarcassem para o Oriente no cumprimento de missões que podiam se ou não especificadas.<sup>16</sup>

Da gente de qualidade que partia nestas circunstâncias, pouco ou nada sabemos, porque, só excepcionalmente, aparecem nos documentos ou nas crônicas assinalados como cumprindo uma pena de degredo. Bastava-lhes, para serem designados, o nome de família, que tinham. Aliás, as tarefas militares que exerciam no Oriente não diferiam substancialmente das que teriam de desempenhar caso não fossem a cumprir a pena em questão. Os dois ou três casos que se apanham nas crônicas são introduzidas episodicamente. Em 1538, quando o rei concedeu um perdão geral a todos aqueles que com ele embarcassem, excetuando naturalmente os crimes de fé e de lesa-majestade: os condenados à morte passariam a degredo perpétuo; os de degredo perpétuo a três anos; os de três anos, eram totalmente perdoados. Um dos que aproveitou foi Manuel de Mendonça, condenado por homicídio, a nove anos de degredo em África. O monarca, que estava “muito escandalizado com ele”, não lhe reduziu a penam, mas permitiu que a dividisse com os seus dois irmãos: três anos para cada um. Um deles, João Mendonça, viria a ser governador do Estado da Índia.<sup>17</sup>

Quanto aos degredados oriundos das classes inferiores, já existe quantidade suficiente de dados individuais que permite a análise do fenômeno numa dimensão coletiva.

Numa fase inicial, eles partiram em pequenas quantidades; posteriormente, o seu número foi engrossando até que, em meados do segundo decênio do ano de 1500, deixam de ser dadas notícias sobre estes homens ou deixam de ser assinaladas como tais nas crônicas portuguesas.

<sup>16</sup> Correia. *Lendas*, Vol. I, “Lenda de Vasco da Gama”, caps. 41, p. 41; “Lenda de D. Francisco de Almeida”, cap. 1, p. 53; Barros. *Década 2ª*, I-1, p. 4 e VII-3, p. 171.

<sup>17</sup> Diogo Couto. *Década 5ª*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1779/1780, III-8, pp. 277-278.



Se bem que os seus contemporâneos o não reconheçam, eles vão ter, meu entender, um papel relevante na descoberta e estabelecimento portugueses no mundo índico e nas relações com outros povos.

Logo na primeira viagem, capitaneada por Vasco da Gama, partem dez degredados, "homens vadios e condenados à morte", no dizer de Gaspar Correia.<sup>18</sup> Se bem que não tenhamos indicação numérica dos totais embarcados em cada armada anual, sabemos que eram presentes por pequenas alusões que os cronistas, distraidamente, introduzem no relato. Da maior parte não sabemos sequer o nome, pois aparecem nomeados pela situação penal.

Eram-lhes comutadas as penas, capitais ou de degredo perpétuo para que desempenhassem missões arriscadas, em perigo de vida, pois que "perdendo-se a deles, não se perdia muito".<sup>19</sup>

Começavam a cumpri-las logo no percurso da ida.

Ora lançados em terras desconhecidas ou 'duvidosas', onde procuravam colher informações sobre a terra e as populações e onde, simultaneamente, experimentava-se através deles o "gazalhado" que lhes era feito; nestas saídas procuravam, sempre que possível, trazer às naus um indígena para que a 'língua' da armada lhe extorquisse mais informações. Recorde-se que, quando Vasco da Gama chega a Calicut, o primeiro português que pôs pé em terra, com uma tarefa destas, foi um degredado.<sup>20</sup>

Ora abandonados em terra para a descoberta de povoações ou para a penetração do sertão. O reino do Preste foi um dos primeiros objetivos, logo segundado, após a primeira viagem, pela célebres mina do Monomotapa. Foi também um degredado, o primeiro europeu que chegou a estas minas e que as descreveu<sup>21</sup>, foram também degredados os dois primeiros portugueses que, atingindo a África Oriental por via da rota do Cabo, chegaram à corte do Preste.<sup>22</sup>

Todos eles deveriam regressar ao ponto de partida para noticiar armadas que posteriormente aí aportassem dos resultados conseguidos.

<sup>18</sup> Correia, *Lendas*, Vol. I, "Lenda de Vasco da Gama", caps. 10 e 12, pp. 32 e 41.

<sup>19</sup> Castanheda, *História*, vol. I, III-43, p. 107.

<sup>20</sup> Idem *Ibidem*, p. 40. Barros, *Década 1ª*, IV-8, pp. 325-330.

<sup>21</sup> Hugh Tracey, *Antônio Fernandes – descobridor do Monomotapa*, tradução de Caetano Montez, Lourenço Marques, 1940.

<sup>22</sup> Barros, *Década 2ª*, III-2, pp. 334-335, VII-6, pp. 217-218.

Estes homens, que atuaram essencialmente na costa e ilha da África Oriental, revelaram-se também muito úteis para os capitães das naus que se cruzavam nos mares: uns já na viagem de regresso ao reino, outros ainda na viagem de ida. João da Nova, capitão da Armada que partiu para a Índia em 1501, soube o que lá passou Pedro Álvares Cabral, que, entretanto, regressava a Portugal, através de um degredado português que se encontrava em Quíloa.<sup>23</sup>

Dos degredados que foram deixados na costa oriental africana, dois se destacaram. João Machado, natural de Braga, viu reconhecida em vida a importância do seu trabalho; Antônio Fernandes, carpinteiro de naus, que só no século XX foi 'descoberto'. O primeiro subiu a costa africana, atravessou o Adil Shah (o Idalcão ou o Idalxá dos portugueses); conheceu várias terras, aprendeu outras línguas, adaptou-se ao modo de viver oriental, ascendeu a postos de chefia no exército do Adil Shah, foi pela importante no auxílio dado aos portugueses para a conquista de Goa, em 1510, e para a sua conservação nos tempos imediatamente posteriores.<sup>24</sup>

O segundo, Antônio Fernandes, tornou-se de tal modo amado dos cafres que o adoravam como a um deus; conheceu profundamente a região desde a costa do reino do Monomotapa e acerca dela deixou informações valiosas sobre as feitas, sobre o modo de comerciar e sobre os principais produtos de troca.<sup>25</sup>

Outros degredados foram canalizados para diferentes tarefas sobretudo na costa ocidental da península indostânea e contribuíram mais para a conquista e consolidação da permanência portuguesa na Índia que para a exploração por terra.

Faziam todo o tipo de trabalhos servis e arriscados. Em cada feitoria que se criava, em cada fortaleza que se construía, aí se encontravam entre a população portuguesa militar e civil.<sup>26</sup> Foram ainda eles os remeiros das

<sup>23</sup> Castanheda, *História*, vol. I, I-43, p. 93. Barros, *Década 1ª*, IV-10, pp. 467-468.

<sup>24</sup> Correia. *Lendas*, Vol. I, "Lenda de Pedro Álvares Cabral", cap. 4, pp. 160-161; "lendas de Albuquerque", cap. 25, pp. 203-215. Castanheda, *História*, vol. I, III-16, p. 35, III-2, p. 50, III-23, pp. 53-54, III-28, p. 68, III-32, pp. 78-80, III-67, pp. 165-170 e 172, III-69, pp. 173-175. Finalmente, Barros, *Década 1ª*, V-3, p. 406, *Década 2ª*, V-5, pp. 490-491 e 499, VI-9, pp. 135-140, VI-10, p. 141, VII-3, p. 171, VII-5, p. 206.

<sup>25</sup> H. Tracey, op. cit.

<sup>26</sup> Correia. *Lendas*, Vol. I, "Lenda de D. Francisco de Almeida", cap. 2, p. 542; Castanheda, *História*, vol. I, I-40, pp. 90 e 92; Barros, *Década 1ª*, V-8, p. 445, V-10, p. 473.

primeiras galés que D. Francisco de Almeida construiu na Ásia.<sup>27</sup> Anônimos conquistadores, eram encarregados das missões mais perigosas. Quando da segunda conquista de Goa, em novembro de 1510, Afonso de Albuquerque destaca-os para que, capitaneando os peões canarins, perseguissem-se os mouros fugidos da cidade e espalhados pela terra firme. E comenta o cronista F. Lopes de Castanheda,

“apesar de baixa sorte e degradados, lembrando-lhes que eram portugueses cumprirão tão bem o que lhes o governador mandou que mataram na terra, e fizeram afogar nos rios mouros e mouras sem conto e cativaram algumas mulheres alvas de bom parecer que ele depois, com a ajuda de N. S. fez tornar cristãs e as casou em Goa”!<sup>28</sup>

Por último, foram também estes degradados aqueles que, seduzidos pelas promessas de Albuquerque, primeiro casaram com as mulheres gentias, e isto quando a chamada ‘gente limpa’ afirmava publicamente que não prestava quem com elas casasse.<sup>29</sup>

Por tudo o exposto, compreende-se e fazendo já a ligação como ponto seguinte que o degradado de baixa sorte reunia as condições ideais para passar à situação de arrenegado. Talvez esse o motivo que levou D. Francisco de Almeida a aconselhar o rei a não mandar mais degradados para o Oriente, por considerar ser “mais serviços de Deus haverem lá (no reino) a pena de seus delitos”.<sup>30</sup>

### 3. Os arrenegados

A designação de arrenegado tinha ao tempo uma conotação diferente da que atualmente lhe atribuímos. O arrenegado não era forçosamente o apóstata da religião cristã, era sobretudo o traidor, o perjuro da pátria. Camões chama arrenegados aos portugueses que lutaram ao lado dos castelhanos, em 1383/85:

Eis seus irmãos contra ele vão  
(caso feio e cruel), mas não se espanta,  
que menos contra o rei e a pátria se levanta,

<sup>27</sup> Correia. *Lendas*, Vol. I, “Lenda de D. Francisco de Almeida”, cap. 4, pp. 561 e 567.

<sup>28</sup> Castanheda. *História*, vol. I, III-43, p. 107.

<sup>29</sup> Correia. *Lendas*, Vol. I, “Lenda de D. Francisco de Almeida”, cap. 20, pp. 159-160.

<sup>30</sup> Correia. *Lendas*, Vol. I, “Lenda de D. Francisco de Almeida”, cap. 2, pp. 909-910.

Destes arrenegados muitos são  
 No primeiro esquadrão, que se adianta  
 Contra irmãos e parentes, caso estranho,  
 Quais nas guerras civis de Júlio e Magno!  
 Os Lusíadas, IV-32

A leitura dos cronistas da Ásia nem sempre é coerente. No que diz respeito ao soldado que passava para os exércitos sob controle muçulmano não havia dúvidas: era um arrenegado, mesmo que não abjurasse da sua religião de origem e mesmo que nunca pegasse em armas contra os seus compatriotas. Onde surge a indefinição é no tratamento dado àquele que se passava para uma zona de domínio gentio para aí exercer uma atividade militar. Umhas vezes chama-se-lhe arrenegado, outras não. Um trecho da *Década 7ª*, Diogo de Couto apelida-os chatins<sup>31</sup>, dando ao termo uma conotação que anda muito próxima de mercenário: “e esta é a razão (a falta de pagamento dos quartéis aos soldados), por que há já tão poucos que queiram ir invernhar às fortalezas do rei, e tantos que se fazem chatins, e se vão quase morar aos reinos de Pegú e Bengala para ajudarem aqueles reis, que tem guerra uns contra outros”.<sup>32</sup>

Arrenegados ou chatins, como diz o cronista, eram soldados que se moviam mais no espaço terrestre asiático — trabalhando para os potentados locais — que aqueles que permaneciam nos presídios ou territórios portugueses, que, como já disse, circulavam, preferencialmente por via marítima ou ‘pelos rios acima’.

Não temos informação que nos permita avaliar, em termos quantitativos, os portugueses ou europeus que viviam nesta condição no continente asiático, pois só sabemos daqueles cujos percursos se cruzavam ou chocavam com os portugueses do Estado da Índia.

A armada turca que D. Francisco de Almeida derrotou, em 1509, tinha grande variedade de gentes, afirma Barros, e nos despojos se encontravam livros em latim e em italiano e até livro de orações em português.<sup>33</sup> No exército do rei Badur (Bahadur Shah) de cambaia pelejavam, na década de 30,

<sup>31</sup> O termo *chatin* encontra-se nesta época aplicado aos chatins de Barcelor (Basrur), a comunidade mercantil Saraswat, residente na costa Kanara, mas, aos poucos e poucos, foi adquirindo um sentido pejorativo que é o que ainda hoje conserva. O termo deriva, possivelmente, do tamil ‘chetti’.

<sup>32</sup> Couto. *Década 7a*, VII-3, p. 74.

<sup>33</sup> Couto. *Década 2a*, III-6, p. 309.

cerca de 60 portugueses e franceses.<sup>34</sup> Quase um século mais tarde, João Ribeiro, na *História do Ceilão*, estima em 5.000 o total de renegados portugueses ao serviço dos potentados locais asiáticos entre Bengala e Macassar.<sup>35</sup>

As principais razões que levavam estes homens a trabalhar para chefes asiáticos prendem-se com a sua situação económico-social. Soldados, marinheiros e remeiros eram os primeiros a sentir as fomes nas situações de cerco ou guerra prolongada, eram aqueles que, mesmo em tempo de paz, tinham os seus quartéis em atraso, portanto, os que mais sentiam a atração do outro lado. E depois havia o exemplo dos seus companheiros que já tinham dado o salto e que, pelo menos enquanto eram necessários, recebiam bons soldos e mercês, um cavalo e até se a sorte os bafajava ascendiam a cargos de chefia.<sup>36</sup> São sintomáticos os seguintes episódios que se prendem com a tomada da cidade de Goa, em 1510, e com os sucessivos ataques que, posteriormente, dirigiam-lhe as tropas do Adil Shah: “Quando Albuquerque manda um mensageiro para dialogar com os emissários dos inimigos, ordena que os remeiros do batel sejam canarins e não portugueses, pois receia que estes dêem ouvidos aos constantes aliciamentos da parte contrária, nomeadamente dos arrenegados”.<sup>37</sup>

João machado, célebre degredado a que já me referi, ele também arrenegado porque capitão no exército do Adil Shah que cercava Goa, quando, depois de muitas fugas de soldados portugueses, vê chegar Pero Bacias, o primeiro homem de qualidade, exclama: “Que cousa he esta? Quanto mal há lá, que já começa a entrar pela gente de cavalos?”<sup>38</sup>

Muitos caminhos podiam levar ao arrenegamento: o degredo, o cativo, os problemas com a justiça ou com os capitães, mas sempre se articulavam com a situação económica e social do visado.

<sup>34</sup> Castanheda, *História*, vol. IV, VIII-94, p. 355.

<sup>35</sup> Citado por A. R. Disney, *decadência do Império da Pimenta*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 35.

<sup>36</sup> Correia, *Lendas*, Vol. I, “Lenda de D. Francisco de Almeida”, cap. 11, pp. 743-744; vol. II “Lendas de Afonso de Albuquerque”, cap. 15, pp. 100-101. cap. 16, pp. 110-113 e cap. 24, pp. 193-195, vol. IV, “Lenda de Garcia de Sá”, cap. 7 pp. 671-672. Castanheda, *História*, vol. II, III-26, p. 63 e III-69, pp. 173-174; vol. III, V-25, p. 138, VI-60, p. 242. Barros, *Década 2ª*, II-4, pp. 151-152; V-7, p. 512; VI-9, pp. 134-135. Couto, *Década 7ª*, IV-9, pp. 342-346.

<sup>37</sup> Correia, *Lendas*, Vol. I, “Lenda de D. Francisco de Almeida”, cap. 16, pp. 110-113.

<sup>38</sup> Barros, *Década 2ª*, VI-9, pp. 135-137.

Os raríssimos fidalgos ou homens principais arrenegados que encontrei fizeram-no por razões de ordem criminal. Gonçalo Vaz Cotinho, bom cavaleiro e homem fidalgo, amigo de vice-reis, preso por grandes crimes e males, foge com outros prisioneiros do Tronco de Goa, na década de 40, e torna-se alevantado que pratica pirataria por conta própria. Depois de muitas aventuras acaba por ser colocado a soldo do Adil Shah que lhe concedeu muitas terras com muitas renda “onde ficou perfeito mouro com sua mulher e filhos”.<sup>39</sup>

Fundamentalmente o arrenegado ia para outro senhor prestar serviços militares. Na Ásia, os europeus e os turcos eram muito apreciados pelos conhecimentos que tinham de manejo de artilharia. A primeira notícia que aparece nas crônicas portuguesas relativa a arrenegados diz respeito a dois cristãos, naturais de Esclavonia, que foram em 1502 para a Índia e, uma vez lá, passaram-se para as terras do Samorim, onde se revelaram bons fundidores de artilharia e bons bombardeiros.<sup>40</sup> No ano de 1507, em Ormuz, cinco homens passam-se para o lado inimigo para ensinar a pelejar ao modo português: um deles era artilheiro e quando, mais tarde, Albuquerque volta a esta cidade, já tinham fundido diversas peças de artilharia: falcões, berços e tiros de ferro.<sup>41</sup> Castanheda afirma que besteiros e espingardeiros eram os que mais aceitação tinham do lado inimigo.<sup>42</sup>

É interessante que, em situações de conflito armado, nomeadamente em cercos, alguns destes arrenegados praticavam o que hoje chamaríamos dupla espionagem. Ora, beneficiando dos conhecimentos que ainda tinham entre os portugueses, colhiam informações que transmitiam aos seus novos senhores e davam-lhes sugestões sobre os pontos fracos a atacar, ora avisando os capitães ou soldados portugueses dos projetos e ardis daqueles, por meio de mensagens orais (frases enigmáticas ou com duplo sentido) ou mensagens escritas que introduziam em balas de cera ou atavam em pedras.<sup>43</sup>

<sup>39</sup> Correia, *Lendas*, Vol. IV, “Lenda de D. Estevão da Gama”, cap. 11, pp. 148-151, cap. 12, pp. 151-152, cap. 30, p. 298 e cap. 56, p. 540. Couto, *Década 6ª*, IV-9, pp. 341-342.

<sup>40</sup> Barros, *Década 1ª*, VII-1, p. 84, VII-3, p. 100, VII-9, p. 153.

<sup>41</sup> Barros, *Década 2ª*, II-4, pp. 151-152 e III-2, p. 248.

<sup>42</sup> Castanheda, *História*, vol. II, III-69, pp. 173-174.

<sup>43</sup> Correia, *Lendas*, Vol. I, “Lenda de D. Francisco de Almeida”, cap. 10, p. 876, vol. II, “Lenda de D. Duarte de Meneses”, cap. 18, pp. 810-811, vol. III, “Lenda de Nuno da Cunha”, cap. 114, p. 860; Castanheda, *História*, vol. III, VI-69, p. 256;

Ainda em tempo de guerra eram utilizados na prática do que hoje chamaríamos desgaste psicológico do inimigo. Durante a noite, de preferência, quando tudo parecia ainda mais negro, chegavam-se às muralhas ou tranqueiras portuguesas e incitavam os seus compatriotas a desertar; o forte argumento utilizado era sempre a chamada de atenção para contraste entre a má vida da soldadesca no lado português e a boa vida do que arrenegava.<sup>44</sup>

Tanto em tempo de guerra como em tempo de paz, os arrenegados eram também os intermediários ideais entre os portugueses e os asiáticos. Abundam nas crônicas referências a arrenegados mensageiros dos potentados locais junto do Estado português da Índia ou intérpretes no processo de negociações.

Para finalizar, um único caso individual destaque, não só por apresentar um dos percursos possíveis e características do português que arrenegava, mas também porque, ao contrário dos demais testemunhos que só falam do arrenegado enquanto interferente na vida do Estado português da Índia, desperta-nos para uma das facetas mais interessantes da vida destes homens: a sua integração no mundo do outro. Singular também o tom elogioso do cronista.

Sancho Pires, bombardeiro, que como mouro tomou o nome de Tringuican, homem influente na corte de Nizam Shah (o Nizamaluco ou Nizamoxa dos portugueses), rei de Ahmadnagar. Leiamos o que sobre ele escreve Diogo do Couto:

Era este homem tão valoroso por seu braço, que se pode meter no conto dos famosos que houve no mundo, porque chegando só, e homisiado àquele reino, assim deu logo tamanhas mostras de seu valor, que lançou el rei mão dele, e o fez capitão da gente de cavalo, em que também deu tal conta de si, e deu tão verdadeiras mostras de esforço, que veio a ser general de todo o reino e o principal dos do conselho del rei, que lhe deu tantas terras e rendas, que sustentava dez e doze mil homens de cavalo; e assim era tão temido de todos os

---

VI-114, pp. 327-328; VI-116, p. 31 e VII-118, p. 336. Couto, *Década 8a* (versão Porto/Madrid), VII-2, ou *Década 8a* (ed. 1786), cap. 37, p. 391.

<sup>44</sup> Correia, *Lendas*, Vol. I, "Lenda de D. Francisco de Almeida", cap. 11, pp. 743-744; vol. II "Lendas de Afonso de Albuquerque", cap. 24, pp. 193-195 e "Lenda de Lopo Soares", cap. 11, p. 516. Castanheda, *História*, vol. II, III-32, p. 79 e Barros, *Década 2a*, II-5, p. 155; V-5, pp. 490-492 e 499 e VI-9, pp. 134-135.

capitães e mouros, que não havia quem lhe não fizesse veneração, e se lhe não baqueasse (...) E se este homem não escurecera seus feitos com a negação que fez de fé, morrendo Franguican, puderam eles ser havidos no mundo por espantosos, e nós deixáramos dele uma memória, que nunca se acabara, porque foram seus feitos tantos e taes, que bem puderam ocupar a maior parte desta nossa VII Década.<sup>45</sup>

#### 4. Conclusões

Parece-me, depois de tudo o que foi dito, que não é preciso mais palavras para reforçar a importância destes dois grupos humanos na aproximação entre europeus e asiáticos.

Marginalizados no seu próprio meio, situavam-se nas franjas ou nas margens da sociedade. Eram uma massa flutuante, oscilando ente um (nós) e os outros. Que tivessem caído para um lado ou para o outro não interessa, o que interessa sim é que com a atuação deles foi possível uma interpenetração de dois mundos.

Desde 'descobridores por terra' que mais se adaptaram que se impuseram, a 'línguas', a 'sondas terrestres', a correios, a espíões, eles foram importante elemento de mediação entre nós e o outro ou, se preferir, entre o outro e nós.

#### RESUMO

Este importante texto clássico, originalmente publicado em Portugal, na revista *Povos e Culturas*, nº 5, 1996 é agora editado pela primeira vez no Brasil. Com base em fontes históricas do período, examina a situação dos arrenegados e degredados dentro do império português, durante o início do século XVI.

#### ABSTRACT

This is the first time that this important and well-known classic text, originally published in *Povos e Culturas*, nº 5, 1996, is edited in Brazil. Based on historical sources of the period, it examines the situation of the "arrenegados" and exiles inside the Portuguese empire, at the beginning of the sixteenth century.

<sup>45</sup> Couto, *Década 7<sup>a</sup>*, III-6, p. 309.